



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



feam



1. AUTO DE FISCALIZAÇÃO: Nº 86014

/20 17 Folha 3/3

2. AGENDAS: 01 ☒ FEAM 02 ☐ IEF 03 ☐ IGAM Hora: 16:30 Dia: 30 Mes: 11 Ano: 2017

3. Motivação: ☐ Denúncia ☐ Ministério Público ☐ Poder Judiciário ☐ Operações Especiais do CGFAI ☒ SUPRAM ☐ COPAM/CRH ☐ Rotina

4. Finalidade: FEAM: ☐ Condicionantes ☒ Licenciamento ☐ AAF ☐ Emergência Ambiental ☐ Acompanhamento de projeto ☐ Outros

IEF: ☐ Fauna ☐ Pesca ☐ DAIA ☐ Reserva Legal ☐ DCC ☐ APP ☐ Danos em áreas protegidas ☐ Outros

IGAM: ☐ Outorga ☐ Outros

01. Atividade: Posto de Combustíveis 02. Cod. 05-7 03. Classe 3 04. Porte M

05. Processo nº 02715/2001/003/2015 06. Órgão: 07. ☐ Não possui processo

08. Nome do Fiscalizado: Posto Capabrás LTDA 09. Cód. 21 309 634/0001-32

11. RG: 12. CNH-UF: 13. ☐ RGP ☐ Tit. Eleitoral

14. Placa do veículo - UF: 15. RENAVAM: 16. Nº e tipo do documento ambiental

17. Nome Fantasia (Pessoa Jurídica): Posto Tucumari 18. Inscrição Estadual - UF

19. Endereço do Fiscalizado - Complemento: Rua S. Lázaro 20. Nº 184 21. Complemento

22. Bairro/Logradouro: Santa Maria 23. Município: Sete Lagoas 24. MG

25. Cód. 35-702-084 26. Cx Postal: 3137763790 27. Fone: 28. E-mail

01. Endereço: Rua Avenida Rodovia Fazenda etc. Mesmo endereço anterior

02. Nº / KM: 03. Complemento: 04. Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade

05. Município: 06. CEP: 07. Fone:

08. Referência do local:

09. Referência do local:

10. Referência do local:

11. Referência do local:

12. Referência do local:

13. Referência do local:

14. Referência do local:

15. Referência do local:

16. Referência do local:

17. Referência do local:

18. Referência do local:

19. Referência do local:

20. Referência do local:

21. Referência do local:

22. Referência do local:

23. Referência do local:

24. Referência do local:

25. Referência do local:

26. Referência do local:

27. Referência do local:

28. Referência do local:

29. Referência do local:

30. Referência do local:

31. Referência do local:

32. Referência do local:

33. Referência do local:

34. Referência do local:

35. Referência do local:

36. Referência do local:

37. Referência do local:

38. Referência do local:

39. Referência do local:



07. 01. Assinatura do Agente Fiscalizador

02. Assinatura do Fiscalizado

03. Assinatura do Fiscalizado

04. Assinatura do Fiscalizado

05. Assinatura do Fiscalizado

06. Assinatura do Fiscalizado

07. Assinatura do Fiscalizado

08. Assinatura do Fiscalizado

09. Assinatura do Fiscalizado

10. Assinatura do Fiscalizado

11. Assinatura do Fiscalizado



Visto que se o Porto Tucumari da empresa Porto Vapalucio LTDA tendo em vista os requerimentos de Revólucões de Licença de Operações corretiva - Certificado LOC 015/2003, de 17/02/2009, com validade até 17/02/2015 - considerando o Processo Administrativo: PA/02715/2003/003/2015 - sendo constatado os informados o que segue:

1. Verificar-se a necessidade de se implantar, nova CSAO, para reestimular os resultados das atividades químicas dos efluentes de manutenção de reparação de água e óleo que parece necessário ao abastecimento. Além disso os efluentes sanitários devem ser separados dos efluentes líquidos destilados a essa caixa SAO.
2. Fazer reforma ou reparos no piso da área de abastecimento de combustível principalmente na área de descarga.
3. Adequar local de disposição temporária dos resíduos sólidos gerados.
4. Os efluentes líquidos da caixa SAO assim como os esgotos sanitários de banheiro e de banheiro antes das bancadas sem tratamento na rede pública do SAE - Serviços Autônomos de Água e Esgoto municipal.
5. A limpeza da CSAO deve ser feita semanalmente, e a análise de seus efluentes deve-se realizar a cada 30 dias até que essa caixa SAO seja substituída. Os parâmetros devem ser: pH, vazão média, sólidos sedimentáveis, DBO, DQO, sólidos em suspensão, óleos e graxas e detergentes. Manter os efluentes líquidos, tendo como local de amostragem a entrada e a saída dessa caixa SAO.

8. Relatório Sucinto

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	MA SP	10438802	Assinatura
Órgão [ ] SEMAD [X] FEAM [ ] IEF [ ] IGAM			
02. Servidor (Nome legível)	MA SP		Assinatura
Órgão [ ] SEMAD [ ] FEAM [ ] IEF [ ] IGAM			
03. Servidor (Nome legível)	MA SP		Assinatura
Órgão [ ] SEMAD [ ] FEAM [ ] IEF [ ] IGAM			
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização			
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento		
Assinatura	Supervisora		





8. Relatório Sucinto

6. O teste de estancamento de vazamento ser realizado com frequência o item 4.1.2.16 Anexo 84 da DN COPAM 308/007 a cada 12 meses para a SASE de acordo com o relatório de teste de estancamento com frequência semanal e para monitorar os equipamentos eletrônicos, intersticiais e estas instalações há mais de 10 anos, em Junho 11/05/2013.

7. A empresa apresentou os novos Teste de Estancamento de 22/05/2017, sendo anexo o protocolo teste de estancamento realizado em 22/05/2018. Esse teste foi feito na SASE do posto veterinário anexos 06. O teste e mais incluindo a lista de peças de produtos.

8. Os responsáveis das tanques de ambiente, bem como, tanques adequados, que não da cobertura a da área de abastecimento do posto, que não se vivem acima da cobertura.

9. Os responsáveis de lixos classe I e II são responsáveis pela PROA, resíduos e TDA, para destinação final adequada.

10. Os resíduos de classe I, são recolhidos pela PEROVIS Indústria de Lixos e Resíduos TDA, para a destinação final adequada.

11. A empresa apresentou Certificado de Posto Revendedor da ANP e Certificado de Regularidade do IBAMA, e também apresenta de que os equipamentos eletrônicos são usados para a rede pública de água do SAE - Sistema Autônomo de Água e esgoto municipal.

12. Os responsáveis técnicos pelo empreendimento, para a ger o empreendimento, bem como, Eduardo Pantufos da Silva, que possui registro no CREA: 75.497/D.

9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão: <input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input checked="" type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM	MASP	Assinatura
02. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão: <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM	MASP	Assinatura
03. Servidor (Nome legível)	MASP	Assinatura
Orgão: <input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM	MASP	Assinatura
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização		
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Função / Vínculo com o Empreendimento	
Assinatura: <i>Luiz Antônio Gomes de Carvalho</i>	Função: SUPERVISORA	





8. Relatório Sucinto

13. A empresa informasse que a instalação de recipientes para o resíduo SASE de 17/10/2017, para um total de 10 anos.
14. O lixo doméstico gerado neste posto é recolhido pelos serviços de limpeza da Prefeitura, da Cooper Lixo Municipal de São Paulo, para a destinação final adequada.
15. A empresa apresentou a seguinte documentação anexada ao relatório: a) cópia da Licença de Operação, Certificado LOC nº 035 - SORANCA, e seus anexos I e II.
- b) Cópia da Licença de Operação da PETROLUB e cópia do Certificado de Destinação final dos resíduos lubrificantes usados.
- c) Cópia da Licença de Operação da PROA e cópia do Certificado de Destinação final de resíduos sólidos classe I e II.
16. As águas de chuva são destinadas a rede pública de drenagem de águas pluviais.



9. Assinaturas

01. Servidor (Nome legível)	MARIO AUGUSTO	MASP	10438802	Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
Órgão	<input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM				
02. Servidor (Nome legível)		MASP		Assinatura	
Órgão	<input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM				
03. Servidor (Nome legível)		MASP		Assinatura	
Órgão	<input type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM				
Recebi a 1ª via deste Auto de Fiscalização					
04. Fiscalizado / Representante do Fiscalizado (Nome legível)	Leandra Maria de Carvalho	Fiscalização / Vínculo com o Empreendimento	Super Vixar		
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>				

RMS

1ª Via Bico





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
Diretoria de Instrumentos de Gestão e Planejamento Ambiental



Ofício FEAM/DIGA nº. 3/2018

Belo Horizonte, 10 de abril de 2018.

Ref.: Encaminha auto de fiscalização 86014/2017 e auto de infração 141353/2018

Prezados,

Comunicamos que na vistoria realizada no dia 30/11/2017, verificou-se que o funcionamento de seu empreendimento se encontra em desacordo com a Legislação Vigente.

Em vista disso, foram lavrados o auto de auto de fiscalização 86014/2017/2014 e auto de infração 141353/2018, que estamos encaminhando.

Na oportunidade, lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental vigente, essa empresa dispõe do prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento desse ofício, para apresentar defesa endereçada ao Núcleo de Auto de Infração da Fundação Estadual do Meio Ambiente, na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, edifício Minas, 1º andar, no bairro Serra Verde. Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31630-900.

Atenciosamente,

Fernando de Carvalho Porto  
Diretor de Instrumentos de Gestão e Planejamento Ambiental  
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Ao

Posto Vapabuçu Ltda

Rua Equador, 1884 – Santa Maria

CEP: 35702-084 – Sete Lagoas/MG

Cidade Administrativa Tancredo Neves  
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143- Edifício Minas -1º andar - Bairro Serra Verde  
Telefone: 3915-1231 - Cep: 31620-900 - Belo Horizonte / MG  
home page: [www.meioambiente.mg.gov.br](http://www.meioambiente.mg.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **Fernando de Carvalho Porto, Diretor(a)**, em 10/04/2018, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0540418** e o código CRC **9D841A36**.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 141353 /

Lavrado em Substituição ao AI nº:

Vinculado ao: ☒ Auto de Fiscalização nº 86014 de 30/11/2017  
☐ Boletim de Ocorrência nº: de

2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☒ NÃO

Local: Bulo Horizonte  
Dia: 09/abril/2018 Hora: 09:30

3. Órgão Responsável pela lavratura:  
☒ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAI ☐ SUCFIS ☐ PMMG

Nome do Autuado/ Empreendimento: Porto Vapabunçu LTDA

Data Nascimento: Nome da Mãe:

☐ CPF: ☒ CNPJ: 25.309.034/0001-32 ☐ Outros:

Endereço do Autuado/ Empreendimento: (Correspondência)

Nº. 884

Complemento:

Bairro/Logradouro: Santa Maria

Município: Sete Lagoas

UF: MG

CEP: 35.702-087

Cx Postal:

Fone: ( )

E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI Nº:

Nome do 2º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vínculo com o AI Nº:

6. Descrição Infração

1- Operar porto revendedor de combustíveis sem a devida licença ambiental.

7. Coordenadas da Infração

Geográficas:

DATUM:

☐ WGS ☐ SIRGAS 2000

Latitude:

Grau

Min

Seg

Longitude:

Grau

Min

Seg

Planas: UTM

FUSO 22

23

24

X=

Y=

(6 dígitos)

(7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo

Anexo

Código

Inciso

Alínea

Decreto/ano

Lei / ano

Resolução

DN

Port. Nº

Órgão

112

I

107

47383/18

772/80

FEAM

9. Atenuantes /Agravantes

Atenuantes

Agravantes

Nº

Artigo/Parág.

Inciso

Alínea

Redução

Nº

Artigo/Parág.

Inciso

Alínea

Aumento

10. Reincidência

☐ Genérica

☐ Específica

☐ Não foi possível verificar

☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração

Porte

Penalidade

Valor

☐ Acréscimo ☐ Redução

Valor Total

1

☐ Advertência

☒ Multa Simples

☐ Multa Diária

36.578,25

36.578,25

ERP:

Kg de pescado:

Valor ERP por Kg: R\$

Total: R\$

Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:

Valor total das multas:

36.578,25 (Trinta e seis mil quinhentas e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$

12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações



13. Depositário

Nome Completo:

☐ CPF:

☐ CNPJ:

☐ RG:

Endereço: Rua, Avenida, etc.

Nº / km:

Bairro / Logradouro:

Município:

UF:

CEP:

Fone:

Assinatura:

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA, NO SEQUINTE ENDEREÇO: Rua, Avenida, etc. Ed. Municipal, BH/MG, CEP: 35.630-900.

14. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível)

MASP:

Assinatura do servidor:

02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)

Função/Vínculo com Autuado:

Assinatura do Autuado/Representante Legal





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
Núcleo de Auto de Infração



Belo Horizonte, 01 de junho de 2023.

**PROCESSO Nº: 531219/2018**

**ASSUNTO: AI Nº 141353/2018**

**INTERESSADO: POSTO VAPABUÇU LTDA.**

**ANÁLISE Nº 103/2023**

O empreendimento foi autuado pela prática da infração tipificada no art. 112, anexo I, códigos 107, do Decreto nº 47.383/2018, por:

*“Operar posto revendedor de combustíveis sem a devida licença ambiental.”*

Foi aplicada penalidade de multa simples de R\$ 36.578,25 (trinta e seis mil, quinhentos e setenta e oito anos e vinte e cinco centavos).

O autuado apresentou defesa tempestiva acrescida de documentos às fls. 09/32.

Assim, passa-se, por oportuno, à análise do mérito; ressaltando-se o disposto no art. 63 do atual Decreto nº 47.383/2018, que autoriza a autoridade competente, a seu critério, adentrar ao mérito mesmo que não atendidos requisitos formais da defesa.

Foi alegado, resumidamente:

- Ilegalidade do ato por lavratura do auto de infração por agente não credenciado;
- ausência de requisitos de validade;
- inexistência de culpa e irregularidades materiais;
- aplicabilidade da atenuante do art. 85, I, “a”, do Decreto nº 47.383/2018.



Insta salientar, que o empreendimento autuado não apresentou motivos ou provas capazes de afastar a autuação.

O empreendimento inaugura sua peça defensiva sob o argumento de ausência de credenciamento do servidor responsável pela lavratura do auto de infração, porém, não merece prosperar; afinal o servidor Mário Augusto de Resende, foi devidamente credenciado para a atividade fiscalizatória, conforme se vê no Ato da FEAM nº 10/2018 anexo a esta análise.

Depois, aduz inobservância dos requisitos legais para a lavratura do auto de infração, visto não ter sido advertido anteriormente sobre a irregularidade ambiental, nos termos do art. 72, da Lei Federal nº 9.605/98; porém, como se verá, sem nenhuma razão.

Em primeiro lugar, a autuação foi fundamentada em legislação estadual ambiental específica, criada no âmbito da competência legislativa concorrente do Estado de Minas Gerais para legislar sobre matéria ambiental, dentro das especificidades e peculiaridades mineiras. Dessa forma, tendo em vista que toda a ação estatal punitiva está baseada na legislação estadual mineira, não cabe ao autuado a menção das normas gerais federais em sua defesa.

Em segundo lugar, de acordo com o art. 75, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a penalidade de advertência não seria cabível ao presente caso por ser reservada apenas para infrações leves, senão vejamos:

*“Art. 75 – A advertência será aplicada quando forem praticadas infrações classificadas como leves.”*

Assim, no presente caso, a aplicação da penalidade de multa simples para a infração classificada como gravíssima (código 107) obedeceu aos ditames legais, em especial ao disposto no art. 76, I, do Decreto nº 47.383/2018, *“in verbis”*:

*“Art. 76 - A multa simples será aplicada sempre que o agente:*

*I - praticar infração grave ou gravíssima;”* (grifo nosso)

Em sequência, alega ausência de culpa no cometimento da infração, na medida em que tenta transferir à Administração sua desídia em observar a legislação ambiental. Todavia, sem nenhuma razão.

Como é cediço, os atos administrativos gozam das presunções da legalidade e veracidade, que invertem o ônus da prova, transferindo ao autuado a incumbência de fazer prova de que o ato administrativo se desvia da realidade, o que, frisa-se, em nenhum momento ocorreu nos autos. Ao revés, restou claro, pela pormenorização do fiscal, inclusive com confissão do autuado, que o empreendimento operava de forma irregular no momento da fiscalização 2017. É o que o próprio autuado admite, quando afirma que a licença foi expedida somente em abril de 2018, fato que por si só atesta o cometimento da infração.



No que se refere à atenuante do art. 85, I, "a", do Decreto nº 47.383/2018, verifica-se que o empreendimento não conseguiu fazer prova nos autos do preenchimento de seus requisitos.

Ante o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM e opinamos que seja mantida a penalidade de multa simples no valor de R\$ 36.578,25 (trinta e seis mil, quinhentos e setenta e oito anos e vinte e cinco centavos).

À consideração superior.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2023.



Luiza Ferraz Souza Frisancho  
Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Ferraz Souza Frisancho, Servidor(a) Público(a)**, em 01/06/2023, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **67078273** e o código CRC **421E0D8A**.





## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Núcleo de Auto de Infração



Decisão FEAM/NAI nº. -/2023

Belo Horizonte, 01 de junho de 2023.

PROCESSO Nº: 531219/2018

ASSUNTO: AI Nº 141353/2018

INTERESSADO: POSTO VAPABUÇU LTDA.

## DECISÃO

O Presidente da FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM, nos termos do art. 16-C § 1º da Lei nº 7.772 de 8 de setembro de 1980 e da análise, decide manter a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 36.578,25 (trinta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, nos termos do artigo 112, anexo I, código 107, do Decreto nº 47.383/2018.

Notifique-se o autuado da decisão administrativa e do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar Recurso ou efetuar pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado. Dê ciência ao interessado na forma da lei. Em seguida devem ser observados os trâmites processuais.

RENATO TEIXEIRA BRANDÃO

PRESIDENTE DA FEAM



Documento assinado eletronicamente por **Renato Teixeira Brandão, Presidente**, em 27/06/2023, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **67079049** e o código CRC **509D9040**.

Referência: Processo nº 2090.01.0000101/2022-60

SEI nº 67079049





Dias Andrade  
Escritório de Advocacia

FEAM / NAI



**ILMO. SR. PRESIDENTE DA FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –  
SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO**

Auto de Infração n.º 141353/2018

Nome do Autuado: POSTO VAPABUÇU LTDA atual POSTO TUCUNARÉ SL LTDA

CNPJ do Autuado: 21.309.034/0001-32



**POSTO VAPABUCU LTDA** atual **POSTO TUCUNARÉ SL LTDA**, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.309.034/0001-32, com sede na Rua Equador, nº 1.884 – Santa Maria, Sete Lagoas/MG, CEP 35702-087, por sua advogada constituída conforme procuração em anexo – Angela Patrícia Dias Andrade OAB/MG 115398, vem, tempestivamente, apresente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos motivos de fato e de direito que se seguem:

#### **I – PRELIMINAR**

Primeiramente, insta salientar que a defesa ao auto de infração foi protocolada em 25/04/2018, a decisão ora guerreada somente foi recebida em 23/08/2023, quando já fulminada pela prescrição intercorrente nos termos da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição de 03 (três) anos para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, em seu art. 1º, § 1º, que assim dispõe:

*Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.*

**§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso. (grifos lançados).**

Desta feita, reputa-se que o processo administrativo ficou paralisado desprovido de qualquer julgamento ou despacho, por prazo superior a três anos, e portanto, há prescrição intercorrente, devendo-se aplicar o disposto no art. 1º, § 1º disposto acima, com arquivamento dos autos e anulação da multa aplicada.

#### **II – MÉRITO – FATOS E FUNDAMENTOS**

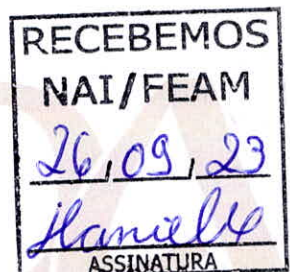
**Angela Patrícia Dias Andrade**

[31] 99976.4495 | [31] 32011679

Rua Solimões, 172. Nova Gameleira – Belo Horizonte – MG CEP 30510-530

ANGELA PATRICIA  
DIAS  
ANDRADE:9778354  
4649

Assinado de forma digital  
por ANGELA PATRICIA DIAS  
ANDRADE:9778354649  
Dados: 2023.09.21 19:44:25  
-03'00'







Dias Andrade  
Escritório de Advocacia

Superada a preliminar acima arguida, o que se admite pela eventualidade, haja vista o evidente descumprimento da legislação vigente, merece reforma a decisão proferida, também no sentido de arquivamento dos autos e anulação da penalidade aplicada, em razão do objeto do auto de infração.

Conforme se verifica nos "print's" abaixo, o procedimento de revalidação da Licença ambiental da ora recorrente iniciou-se em 23/09/2014 com "formalização" em 28/01/2015, conforme processo 01715/2001/003/2015.

Merece destacar que à época do requerimento de revalidação iniciado em 23/09/2014 com formalização em 28/01/2015, restava vigente o Decreto Estadual nº 44.844 de 25 de junho de 2008 (revogado pelo Decreto 47.383/2018 em 02/03/2018), que dispunha em seu art. 10, § 4º, de forma a comprovar que o ora recorrente **não se encontrava operando de forma irregular no momento da fiscalização em 2017:**

"Art. 10 – (...)

§ 4º – O empreendedor deverá requerer a renovação da licença ambiental com antecedência mínima de cento e vinte dias da expiração do seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente."

**Grifos lançados**

Faz-se mister destacar ainda o disposto no art. 37 do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, nos mesmos termos do Decreto supramencionado e por ele revogado:

Art. 37 – O processo de renovação de licença que autorize a instalação ou operação de empreendimento ou atividade deverá ser formalizado pelo empreendedor com antecedência mínima de cento e vinte dias da data de expiração do prazo de validade, **que será automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente quanto ao pedido de renovação**".

(Redação dada pelo Decreto nº 47.474, de 22 de agosto de 2018)

PROCESSOS FEAM

Total de Registros: 1							
Tipo de Regularização	Processo	Atividade	Data de Formalização	Data de Concessão	Data de Validade	Status do Processo	
(REVL) REVALIDAÇÃO DE LO	01715/2001/003/2015	(DN74) POSTOS REVENDEDORES, POSTOS OU PONTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALHISTAS, POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS E POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO	28/01/2015	18/04/2018	18/04/2028	LICENÇA CONCEDIDA	

ANGELA PATRICIA DIAS  
ANDRADE:9778354464  
9

Assinado de forma digital por  
ANGELA PATRICIA DIAS  
ANDRADE:97783544649  
Dados: 2023.09.21 19:44:51  
-03'00'

Angela Patrícia Dias Andrade

(31) 99976.4495 | (31) 32011679

Rua Solimões, 172, Nova Gameleira – Belo Horizonte – MG CEP 30510-530







Total de Registros: 18	Protocolo	Tipo	Data	Enviado
	R274216/2014	FCEI - FORMULÁRIO INTEGRADO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	23/09/2014	SUPRAMCM
	0087413/2015	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	28/01/2015	
	0087415/2015	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL	28/01/2015	
	0087417/2015	RADA-RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AMBIENTAL	28/01/2015	
	0087421/2015	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL	28/01/2015	
	0087412/2015	REQUERIMENTO DE LICENÇA	28/01/2015	
	0087419/2015	PUBLICAÇÃO DA CONCESSÃO DE LICENÇA	28/01/2015	
	0263535/2018	PARECER TÉCNICO	09/04/2018	FEAM/GATLA
	0297120/2018	FOLHA DE DECISÃO	18/04/2018	SUPRAM CM
	0299707/2018	CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL	19/04/2018	SUPRAM CM
	0301425/2018	PUBLICAÇÃO DA CONCESSÃO DE LICENÇA	20/04/2018	SUPRAM CM
	R079297/2018	RELATÓRIO CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES E/OU RELATÓRIO DE AUTOMONITORIZAÇÃO	25/04/2018	AMANDA PAIVA FERNANDES
	R110811/2018	RELATÓRIO CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES E/OU RELATÓRIO DE AUTOMONITORIZAÇÃO	19/06/2018	AMANDA PAIVA
	R155329/2018	RELATÓRIO CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES E/OU RELATÓRIO DE AUTOMONITORIZAÇÃO	03/09/2018	AMANDA PAIVA FERNANDES
	0626671/2018	AR - AVISO DE RECEBIMENTO	05/09/2018	SUPRAM CM
	R092723/2019	RELATÓRIO CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES E/OU RELATÓRIO DE AUTOMONITORIZAÇÃO	28/06/2019	POSTO VAPABUÇU LTDA
	R092725/2019	RELATÓRIO CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES E/OU RELATÓRIO DE AUTOMONITORIZAÇÃO	28/06/2019	POSTO VAPABUÇU LTDA
	0385726/2019	AR - AVISO DE RECEBIMENTO	01/07/2019	SUPRAM CM

Fonte:

[www.siam.mg.gov.br/siam/empreendedor/emperto\\_empordor\\_list.jsp?cod\\_tipo\\_licenca=12&cod\\_empreendimento=11&cod\\_atividades=&num\\_pa=&ano\\_pa=&tipoProcesso=1](http://www.siam.mg.gov.br/siam/empreendedor/emperto_empordor_list.jsp?cod_tipo_licenca=12&cod_empreendimento=11&cod_atividades=&num_pa=&ano_pa=&tipoProcesso=1)

Não obstante o disposto acima, constante do art. 37 do Decreto nº 47.383/2018, a decisão ora recorrida sequer considerou o disposto e comprovado como juntado na defesa protocolada quanto ao cumprimento do disposto no art. 32, § 1º do mesmo dispositivo, e que já teria iniciado o procedimento de revalidação, muito antes da fiscalização que ocorreu em 30/11/2017.

Ressalte-se que o disposto na decisão ora recorrida quanto a "(...) o próprio autuado admite, quando afirma que a licença foi expedida somente em abril de 2018, fato que por si só atesta o cometimento da infração", não merece qualquer respaldo, haja vista o comprovado no próprio sistema de consulta (<http://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp>) no qual resta claro que o processo nº 01715/2001/003/2015, ficou **sem qualquer movimentação pelo órgão por mais de 03 (três anos)**, ficando portanto clara a inércia não do recorrente, mas da recorrida, restando que o POSTO VAPABUÇU estava totalmente amparado pelo disposto no art. 37 do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018 e que sua licença se encontrava automaticamente prorrogada desde o início (23/09/2014 com formalização em 28/01/2015) do requerimento de revalidação acima (e no sistema de consulta) comprovado:

0087419/2015	PUBLICAÇÃO DA CONCESSÃO DE LICENÇA	28/01/2015
0263535/2018	PARECER TÉCNICO	09/04/2018
0297120/2018	FOLHA DE DECISÃO	18/04/2018
0299707/2018	CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL	19/04/2018

## 2 – DO EFEITO SUSPENSIVO

Diante da narrativa acima e os fatos já constantes dos autos, sendo exigido da recorrente o pagamento de multa de R\$ 49.906,92 (quarenta e nove mil novecentos e seis reais e noventa e dois centavos), mesmo com comprovações feitas no próprio sistema da recorrida, requer a ora Recorrente seja concedido efeito suspensivo ao presente recurso, para que a cobrança da penalidade aplicada tenha sua exigibilidade suspensa, de forma a

Angela Patrícia Dias Andrade

(31) 99976.4495 | (31) 32011679

Rua Solimões, 172, Nova Gameleira – Belo Horizonte – MG CEP 30510-530

ANGELA PATRICIA DIAS  
ANDRADE:97783544649

Assinado de forma digital por  
ANGELA PATRICIA DIAS  
ANDRADE:97783544649  
Dados: 2023.09.21 19:45:11 -03'00'







Dias Andrade  
Escritório de Advocacia

aguardar o trâmite recursal, uma vez que restou comprovado alhures a ilegalidade de sua exigência.

Destarte o fato de que a atribuição do efeito suspensivo ao Recurso administrativo atende ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, com fulcro no parágrafo único do art. 57 da Lei Estadual 14.184/02, perfeitamente aplicável ao presente processo:

"Art. 57 (...)

*Parágrafo único – Havendo justo receio de prejuízo ou de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido do interessado, em decisão fundamentada, atribuir efeito suspensivo ao recurso."*

Desta feita, mostra-se aplicável a concessão do efeito suspensivo ao presente recurso administrativo para que não ocorra prejuízo de difícil reparação à recorrente, que pode ser compelida a penalidade pecuniária manifestamente indevida.




### 3 - CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, espera e requer seja conhecido e acolhido o presente recurso administrativo cancelando-se o auto de infração lavrado e consequentemente a penalidade de multa aplicada, conforme DAE no valor de R\$ 49.906,92 (quarenta e nove mil novecentos e seis reais e noventa e dois centavos).

Os documentos ora juntados, inclusive aqueles referentes à representação processual, são declarados pela procuradora in fine assinada como autênticos, tudo nos termos do artigo 425, inciso IV do CPC/15.

Pelo que pede e espera deferimento.  
Sete Lagoas, 22 de setembro de 2023.

  
p/p POSTO VAPABUÇU LTDA

ANGELA PATRICIA DIAS  
ANDRADE:9778354464  
9  
Assinado de forma digital por  
ANGELA PATRICIA DIAS  
ANDRADE:97783544649  
Dados: 2023.09.21 19:45:28 -03'00'

- Anexos:
- Cópia de procuração outorgada e já encaminhada por e-mail
  - Cópia OAB advogada
  - Cópia do contrato social (última alteração contratual da recorrente)
  - DAE e comprovante de pagamento de taxa de análise de recurso
  - Cartão CNPJ Recorrente

**Angela Patrícia Dias Andrade**

(31) 99976.4495 | (31) 3201.1679

Rua Solimões, 172, Nova Gameleira – Belo Horizonte – MG CEP 30510-530







**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
**Núcleo de Auto de Infração**



Belo Horizonte, 10 de novembro de 2023.

**Autuado: Posto Vapabuçu Ltda.**

**Processo nº 531219/2018**

**Referência: Recurso relativo a Auto de Infração nº 141353/2018, infração gravíssima, porte médio.**

**ANÁLISE nº 235/23**

**I) RELATÓRIO**

O Posto Vapabuçu Ltda. foi autuado como incurso no artigo 112, Código 107, do Decreto nº 47.383/2018 pela prática da seguinte irregularidade:

1. OPERAR POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL.

Foi imposta a penalidade de multa simples no valor de R\$36.578,25 (trinta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos). O autuado apresentou defesa tempestiva, tendo sido proferida decisão de manutenção da penalidade, fls. 35, da qual foi regularmente notificado em 23/08/2023. Protocolizou Recurso tempestivamente em 22/09/2023, por meio do qual argumentou, em síntese, que:

- teria ocorrido a prescrição intercorrente, fundada na Lei Federal nº 9.873/99;
- não estaria operando irregularmente, já que o procedimento de revalidação da licença iniciou-se em 09/09/2014 e foi formalizado em 28/01/2015, PA 1715/2001/003/2015, conforme artigo 37, do Decreto nº 47.383/2018.

Requeru que seja conhecido e acolhido o recurso para cancelar o auto de administração e a penalidade aplicada. E, ainda, que seja concedido efeito suspensivo ao recurso, na forma do artigo 57, pu, da Lei Estadual nº 14.184/2002.

É o relatório do essencial.

**II. FUNDAMENTAÇÃO**

Os argumentos apresentados pela Recorrente não descaracterizam a infração cometida e, por conseguinte, não há de ser reformada a decisão de manutenção da penalidade. Vejamos.

**II.1. DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AMPARO LEGAL. INEXISTENTE. INDEFERIMENTO.**

Alegou a Recorrente a ocorrência da prescrição intercorrente administrativa, fundamentada na Lei Federal nº 9.873/99. No entanto, em virtude da limitação espacial de aplicação da Lei Federal nº 9.873/99 ao plano federal, consoante posicionamento firmado no Superior Tribunal de Justiça, não será reconhecida a prescrição intercorrente neles fundamentada. Ressalte-se que no Estado de Minas Gerais



não há legislação que regule a prescrição intercorrente. Não há, por conseguinte, embasamento legal para o seu reconhecimento no caso sob análise. No mesmo sentido do STJ, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais afastou a aplicabilidade aos processos administrativos estaduais dos dispositivos da Lei nº 9.873/99 e do seu Decreto regulamentador nº 6.514/2008, nos Pareceres 14.556, de 2005, 14.897, de 2009, 15.047, de 2010 e 15.233, de 2013. Cito também alguns trechos da Tese AGE NUT 36, que afasta a sua ocorrência nos processos administrativos de multa ambiental:

“Recentemente foi editada a Lei Estadual nº 21.735, de 03 de agosto de 2015, que “dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outras providências”, e trata do tema nos seguintes termos:

Art. 3º Constituído definitivamente o crédito não tributário, mediante regular processo administrativo, prescreve em cinco anos a pretensão de exigí-lo. § 1º Considera-se definitivamente constituído o crédito não tributário quando a obrigação se tornar exigível, notadamente quando:

I – do vencimento de pleno direito da obrigação constante em título executivo extrajudicial;

II – o devedor não pagar nem apresentar defesa no prazo legal;

III – não mais couber recurso da decisão administrativa, certificando-se a data do exaurimento da instância administrativa.

§ 2º O prazo prescricional começa a ser contado no dia do vencimento do crédito sem pagamento ou data do exaurimento da instância administrativa que confirmar a aplicação da penalidade, observado o disposto no

§ 3º do art. 2º da Lei federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. § 3º O disposto neste artigo não se aplica ao crédito não tributário apurado em prestação de contas de transferências voluntárias quando o dano ao erário decorrer de conduta ilícita que apresente potencialidade de configurar improbidade administrativa na forma da lei.

Art. 4º Interrompe a prescrição da pretensão executória do crédito não tributário a formalização de:

I – ato de reconhecimento do débito pelo devedor, pelo período em que durar seus efeitos;

II – ato no qual conste manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública estadual;

III – termo de compromisso de ajustamento de conduta que envolva a infração geradora da multa aplicada, pelo período de sua vigência, na forma da legislação em vigor. Parágrafo único. O prazo prescricional só poderá ser interrompido uma vez, iniciando-se novo prazo a partir da data de sua interrupção.

Vê-se que a legislação regulou de forma exauriente o instituto da prescrição dos créditos não tributários (dentre os quais se enquadram as multas ambientais) em âmbito estadual, sem positivar qualquer hipótese de prescrição intercorrente. ...

Enfim, o Estado de Minas Gerais não possui previsão de prescrição intercorrente em seu ordenamento, seja em sua Constituição Estadual de 1989, seja em sua legislação infraconstitucional. Daí a inarredável conclusão: sem previsão legal, impossível o reconhecimento de tal modalidade prescricional. E que não se diga que se trata de hipótese de aplicação do Decreto-Lei nº 20.910/32, eis que este tem seu prazo incidindo a partir do momento do trânsito em julgado administrativo da penalidade.

Nesse sentido, vejamos o teor da Súmula 467/STJ: Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental. ...

E mais, as normas relativas à prescrição intercorrente previstas na Lei nº 9.873/1999 são aplicáveis apenas no âmbito federal, pois dizem respeito aos procedimentos administrativos federais. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais 1.115.078/RS e 1.112.577/SP, afetados como representativos da controvérsia, fixou o entendimento de que o parágrafo primeiro, do artigo 1º, da Lei nº 9.873/1999, que regulamenta o instituto da prescrição intercorrente, não se aplica aos processos



administrativos em trâmite no âmbito municipal e estadual, já que a referida lei limita-se ao plano federal.

De todo o exposto é incontroverso que o prazo prescricional intercorrente previsto na Lei Federal nº 9.873/99 não é aplicável ao Estado de Minas Gerais e o prazo quinquenal do fundo do direito previsto pelo Decreto-Lei nº 20.910/32 é aplicável aos créditos originados de multa por infração à legislação ambiental; contudo, sua fluência só se inicia com trânsito em julgado administrativo. ...

Registre-se, por fim: eventual reconhecimento de tal modalidade prescricional pelo administrador o sujeitará a sanções administrativas e civis, tendo em vista a indisponibilidade dos créditos públicos, incluídos aqueles originados de imposição de penalidades de multa.

Em conclusão:

- 1) não se aplica ao caso o disposto na Lei Federal nº 9.873/99 e no Decreto Federal nº 6.514/08;
  - 2) a prescrição deve ter seus marcos prescritos em lei;
  - 3) o ordenamento mineiro não possui previsão constitucional ou legal de prescrição intercorrente;
  - 4) o prazo prescricional quinquenal previsto no Decreto-Lei 20.910/32 tem, conforme entendimento sumulado no STJ, início apenas com o trânsito em julgado administrativo, não podendo incidir na pendência deste. E, no caso em tela, é incontroverso que não houve o transcurso do prazo quinquenal.
- Portanto, não resta caracterizada a prescrição."



## **II.2. DA LICENÇA. REVALIDAÇÃO. OPERAÇÃO IRREGULAR. TERMO DE AJUSTAMENTO. NÃO FIRMADO. INFRAÇÃO. CONFIGURAÇÃO.**

No mérito, sustentou a Recorrente que não estaria operando irregularmente, já que o procedimento de revalidação da licença iniciou-se em 23/09/2014 e foi formalizado em 28/01/2015, PA 1715/2001/003/2015, conforme artigo 37, do Decreto nº 47.383/2018. Sem razão, no entanto, está a Recorrente. Em consulta ao SIAM se pode verificar que a Recorrente detinha a Licença de Operação Corretiva, Certificado LOC 015/2009, válida até 17/02/2015, PA 1715/2001/002/2007, cuja revalidação foi pleiteada em 23/09/2014, por meio do PA 1715/2001/003/2015. A revalidação da licença foi concedida em 18/04/2018, com validade de 10 anos.

Pois bem. A Recorrente arvorou-se nos artigos 10, §4º, do Decreto nº 44.844/2008 (1) e 37, do Decreto nº 47.383/2018 (2) para demonstrar a regularidade da operação do empreendimento, ao afirmar que o prazo de validade da licença estaria automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental quanto ao pedido de renovação, desde que tal renovação fosse requerida com antecedência mínima de cento e vinte e dias da data de expiração do prazo de validade da licença.

Vemos que quando o Recorrente requereu a renovação da licença, em 23/09/2014, vigia o Decreto nº 44.844/2008, que estabelecia a antecedência de 120 dias para revalidação da LO, contados da data de validade da licença em vigor (17/02/2015). Porém o fez em 23/09/2014, antes do período de 120 dias, que seria em 17/10/2014. Assim sendo, por ter requerido a revalidação ainda no prazo de validade da licença, como condição para operar o empreendimento deveria o Recorrente ter firmado TAC com o órgão ambiental. Embora o Recorrente tenha requerido o TAC, fls. 29 e 31, o órgão ambiental não firmou o referido termo, considerada a discricionariedade de tal ato, ou seja, o empreendimento operou irregularmente. Vejamos o que dispunha a Deliberação Normativa COPAM nº 17/96:

Art. 7º - A revalidação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este automaticamente prorrogado até decisão da Unidade Regional Colegiada do Copam, mantida a obrigatoriedade do cumprimento das condicionantes, se existentes.

§ 1º - Nas hipóteses de requerimento de revalidação de Licença de Operação sem observância do prazo descrito no caput, porém dentro do prazo de validade da licença, poderá ser celebrado, a requerimento do interessado e desde que demonstrado o cumprimento das condicionantes, Termo de Compromisso de



Ajustamento de Conduta com a Superintendência Regional de Regularização Ambiental, o qual garantirá a análise do processo, a continuidade da operação e suas condições, até decisão da Unidade Regional Colegiada do Copam.

§ 2º - O requerimento de revalidação de Licença de Operação protocolizado após o seu prazo de validade não produz qualquer efeito, devendo o empreendedor protocolizar requerimento de Licença de Operação Corretiva.

§ 3º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a continuidade da operação do empreendimento concomitante ao trâmite do processo de licenciamento corretivo dependerá, por solicitação do interessado e a critério da Superintendência Regional de Regularização Ambiental, de assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 4º - Ficam dispensados de processo de revalidação da Licença de operação os empreendimentos de loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais, os distritos industriais ou aqueles previstos em normas específicas.

Finalmente, quanto ao pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso, não será acatado, já que é vedada no artigo 70, do Decreto nº 47.383/2018. (3).

Portanto, apreciadas todas as razões trazidas pelo autuado, conclui-se, inevitavelmente, que não descaracterizada a infração praticada e que deverá ser mantida a penalidade cabível.

### **III) CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de elidir a prática da infração, remetam-se os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM, com a sugestão de indeferimento do Recurso e manutenção da penalidade de multa, com fundamento no artigo 112, Código 107, do Decreto nº 47.383/2018.

É o parecer.

**Roşanita da Lapa Gonçalves Arruda**

**Analista Ambiental – MASP 1059325-9**

1 Art. 10 - As licenças ambientais serão outorgadas com os seguintes prazos máximos de validade: I - LP: cinco anos; II - LI: seis anos; III - LP e LI concomitantes: seis anos; IV - LO: dez anos; V - licenças concomitantes com a LO: dez anos. § 1º - As licenças de operação para ampliação de atividade ou empreendimento terão prazo de validade coincidente ao prazo remanescente da LO principal do empreendimento. § 2º - Caso a LI seja concedida concomitantemente à LO, a instalação do empreendimento deverá ser concluída no prazo previsto no inciso II, sob pena de revogação das licenças. § 3º - Na renovação da LO, a licença subsequente terá seu prazo de validade reduzido em dois anos a cada infração administrativa aplicada ao empreendimento ou atividade objeto do licenciamento, com aplicação de penalidade da qual não caiba mais recurso, não podendo tal prazo ser inferior a seis anos. § 4º - O empreendedor deverá requerer a renovação da licença ambiental com antecedência mínima de cento e vinte dias da expiração do seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

2 Art. 37 - O processo de renovação de licença que autorize a instalação ou operação de empreendimento ou atividade deverá ser formalizado pelo empreendedor com antecedência mínima de cento e vinte dias da data de expiração do prazo de validade, que será automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente quanto ao pedido de renovação.



§ 1º – Após o término do prazo de vigência da licença, a continuidade da instalação ou operação do empreendimento ou atividade, caso o requerimento de renovação tenha se dado com prazo inferior ao estabelecido no caput, dependerá de assinatura de TAC com o órgão ambiental, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis e de análise do processo de renovação.

§ 2º – Na renovação das licenças que autorizem a instalação ou operação do empreendimento ou da atividade, a licença subsequente terá seu prazo de validade reduzido em dois anos a cada infração administrativa de natureza grave ou gravíssima cometida pelo empreendimento ou atividade no curso do prazo da licença anterior, desde que a respectiva penalidade tenha se tornado definitiva.

§ 3º – No caso do § 2º, o prazo de validade da licença subsequente fica limitado a, no mínimo, dois anos, no caso de licença que autorize a instalação, e seis anos, para as licenças que autorizem a operação.

§ 4º – As licenças que autorizem a operação, emitidas para as tipologias de atividades e de empreendimentos que, por sua natureza, por suas características intrínsecas ou por outros fatores relevantes, não possam ou não necessitem ser objeto de avaliação de desempenho ambiental ou deixem de pertencer a um empreendedor específico, estarão dispensadas do processo administrativo de renovação, sem prejuízo da obrigação de cumprimento de todas as condicionantes já estabelecidas no respectivo processo e de todas as medidas de controle ambiental. (Parágrafo com redação dada pelo art. 13 do Decreto nº 47.837, de 9/1/2020.)

§ 5º – A renovação da licença que autoriza a instalação de empreendimento ou atividade somente poderá ser concedida uma única vez, devendo o processo ser instruído com justificativa devidamente fundamentada pelo empreendedor. (Parágrafo com redação dada pelo art. 13 do Decreto nº 47.837, de 9/1/2020.)

§ 6º – Os empreendimentos ou atividades regularizados por meio de Autorizações Ambientais de Funcionamento vigentes deverão, no prazo de que trata o caput, formalizar processo para obtenção de nova licença ambiental, de acordo com as modalidades previstas no art. 14. (Parágrafo com redação dada pelo art. 13 do Decreto nº 47.837, de 9/1/2020.)

§ 7º – O órgão ambiental poderá incluir, em seu planejamento de fiscalização, empreendimentos e atividades sujeitos à dispensa prevista no § 4º. (Artigo com redação dada pelo art. 2º do Decreto nº 47.474, de 22/8/2018.)

3 Art. 70 – A interposição de defesa ou de recurso quanto à aplicação de penalidades não terá efeito suspensivo.



Documento assinado eletronicamente por **Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda, Servidor(a) Público(a)**, em 10/11/2023, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **76656359** e o código CRC **0E63BD0A**.